

Ermírio diz que o novo imposto é bomba de efeito retardado

JORNAL DE BRASÍLIA

22 NOV 1995

São Paulo — A Contribuição sobre Movimentação Financeira, já aprovada pelo Senado e pronta para ser votada na Câmara ainda neste ano, é considerada pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes uma bomba de efeito retardado dentro de uma economia estável, que luta contra a inflação. Com o mesmo temor, os bancos realizaram estudos e concluíram que a CMF provocará custos extras aos brasileiros. O resultado dessa pesquisa, entretanto, não será revelado por enquanto.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também estuda o impacto da CMF sobre a indústria e principalmente sobre os seus produtos. O Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), no qual a CMF se

Saída
baseou, gerou um impacto de 3 a 4% sobre produtos. Os bancos poderão adotar mecanismos para evitar mais de uma cobrança da CMF numa mesma operação. O presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimentos (Acrefi), Manoel de Oliveira Franco, acredita que “a CMF aumentará os custos das instituições financeiras”.

Segundo os empresários, com a economia estável a cobrança de 0,25% por cheque emitido é elevadíssima, devendo causar problemas para as indústrias e o comércio, que terão dificuldades em repassar a CMF nos produtos ou mesmo na cobrança de serviços.

Um estudo desenvolvido por entidade empresarial salienta que a CMF, entre outros aspectos de or-

dem operacional e de arrecadação, é passível de críticas, a começar pelas dúvidas que permite quanto ao seu poder de eliminação das atividades informais, já que incidiria sobre todas as operações na economia. Todavia, não se leva em conta a possibilidade, a exemplo do corrido em outros países, de os agentes econômicos buscarem meios que permitam a fuga das operações do sistema bancário, ampliando a informalidade e provocando a desintermediação financeira.

A CMF vai provocar nova luta com os exportadores, assim como ocorreu com o IPMF, pois sua incidência compromete a venda de produtos brasileiros, que têm os seus custos internos onerados, levando-os à perda de competitividade.